

# personalidade e desconconsideração jurídica

↳ A **personalidade jurídica** permite que o ente torne-se titular de direitos e sujeito de obrigações. A personalidade jurídica é atribuída aos entes de direito privado através da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, nos termos do **art. 45 CC**.

A personalidade jurídica distingue as pessoas dos sócios e a do ente coletivo. A partir de seu surgimento, a pessoa jurídica passa a ser um sujeito de direito distinto, com patrimônio autônomo e responsabilidade própria em relação aos sócios que integram a sociedade.

**importante** → A teoria da **desconsideração da personalidade jurídica** surge pl evitar que a atribuição da personalidade seja desviada pl fins ilícitos nas hipóteses em que houve abuso desse direito.

↳ pela **desconsideração**, a personalidade jurídica poderá ser **desconsiderada**. Não se invalida a atribuição da personalidade, mas ela não produz efeitos em relação a um terceiro.

## teorias:

- **TEORIA MENOR:** por essa teoria, adotada pelo código do consumidor, exigem-se menos requisitos pl constatar abuso. Basta que a personalidade jurídica seja um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores pl que ela seja desconsiderada.

- **TEORIA MAIOR:** para essa teoria, não basta a insuficiência patrimonial do ente coletivo. Além da demonstração de que o patrimônio da pessoa jurídica é insuficiente pl satisfazer a determinada obrigação, é necessária a demonstração de que a personalidade foi utilizada com abuso de direito.

**importante** → o **abuso de direito** poderá ser caracterizado tanto pelo desvio de finalidade quanto pela confusão patrimonial.

▷ **desvio de finalidade:** utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores pl a prática de atos ilícitos.

▷ **confusão patrimonial:** é caracterizada pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do adm



nierrador ou vice-versa.

**• exceções:** A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos da confusão ou desvio de finalidade não autorizou a desconsideração da personalidade jurídica. Também não constitui desvio a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

A **personalidade jurídica** é desconsiderada apenas ao estender os efeitos de determinadas obrigações aos bens particulares de administradores ou sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.